

Aviso de
CONTRATAÇÃO
DIRETA
90004/2024

CONTRATANTE (UASG)
2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS (784200)

OBJETO

1. GABINETE PARA COMPUTADOR

Material: GABINETE PARA COMPUTADOR DIMENSÕES 395 x 210 x 450 CM , TIPO:4 BAIAS, PADRÃO:ATX, COR:PRETA

2. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

Material: FONTE DE ALIMENTAÇÃO, COMPATIBILIDADE:PADRÃO ATX, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO:127/220 V, PRECISÃO:99,95 PER, DIMENSÕES:8,50 X 15 X 15 CM, MODELO:ATX, APLICAÇÃO:INFORMÁTICA, POTÊNCIA REAL :500 W

3. PLACA MÃE

Material: PLACA MÃE, COMPONENTES:SUPORTE PROCESSADORES INTEL CORE (SOCKET 1200), APLICAÇÃO:CPU UP TO 91W CHIPSET:INTEL H110, TIPO PORTAS:4 PORTAS USB 2.0, 2 PORTAS USB 3.0, 1 PORTA RJ45, TIPO CONECTORES:4 CONECTORES SATA 3 6.0GB, MEMÓRIA EXPANSÃO:32 GB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:AUDIO HD 7.1 CANAIS,REDE PCIE 1 GB 10/100/1000MB/S, SLOTS: 1 PCI EXPRESS 3.0 X16, 2 PCI EXPRESS 2.0

4. PROCESSADOR CORE I7-11700

Material: PROCESSADOR, TIPO:INTEL UHD GRAPH, VELOCIDADE PROCESSAMENTO:2.5 GHZ, MODELO:CORE I7-11700, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LGA 1200, 65W, 14 NM, BARRAMENTO:4.90 GHZ TURBO BOOST, APLICAÇÃO:MICROCOMPUTADOR

5. MEMÓRIA RAM 16 GB - DDR4

Material: MEMÓRIA RAM 16 GB - DDR4 SDRAM 2666MHZ (PC4 21300) DESKTOP 1.2V



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

6. DISSIPADOR CALOR PROCESSADOR (COOLER)

Material: DISSIPADOR CALOR PROCESSADOR (COOLER)\, TENSÃO NOMINAL 12 V\, TIPO CONECTOR FAN 40 X 40 X 20MM\, VELOCIDADE ROTAÇÃO 5.000 RPM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COR PRETA/CONEXÃO 2 OU 3 PINOS

7. PLACA CONTROLADORA VÍDEO

Material: PLACA CONTROLADORA VÍDEO\, TAMANHO MEMÓRIA 8 GB\, RESOLUÇÃO IMAGEM 7680 X 4320 DPI\, PADRÃO IMAGEM VGA-DVI-HDMI\, MODELO NVIDIA GEFORCE RTX 3070\, BARRAMENTO PCI EXPRES 4.0- HDMI 2.1\, PADRÃO DDR6

8. UNIDADE DISCO, TIPO:DISCO SSD

Material: UNIDADE DISCO, TIPO:DISCO SSD, CAPACIDADE: MÍNIMO 800 GB, TAMANHO:2,5 POL; ORIGINAL

9. TECLADO MECÂNICO MICROCOMPUTADOR

Material: TECLADO MECÂNICO MICROCOMPUTADOR, TIPO:MULTIMÍDIA, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO

10. MOUSE COMPUTADOR

Material: MOUSE COMPUTADOR, TAMANHO:VERTICAL, SENSOR:LASER, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO

11. CAIXA SOM\, POTÊNCIA 350 W\, VOLTAGEM 110/220 V

Material: CAIXA SOM\, POTÊNCIA 350 W\, VOLTAGEM 110/220 V\, APLICAÇÃO COMPUTADOR, CAIXA SOM\, POTÊNCIA 180 W P.M.P.O\, COR PRETA, VOLTAGEM 110 V\, TIPO FONTE INTERNA\, APLICAÇÃO COMPUTADOR\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR OUVIDO\, AMPLIFICADOR INTERNO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 10.142,40

DATA DA SESSÃO

Dia 18/07/2024.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 8h até 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



MARINHA DO BRASIL
2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90004/2024
(Processo Administrativo n.º 63081.001404/2024-63)

Torna-se público que o 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas, por meio da Seção de Obtenção, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 18/07/2024

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de Hardwares de computadores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de

Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. *Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.3.1. *Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.*

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.12. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.12.1. *Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;*

3.12.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

- 3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário* do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,05 (cinco centavos).
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
 - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
 - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 5.4.1. SICAF;
 - 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se

- houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de

....., sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).

- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
 - 6.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.
- 6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de *10 (dez) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação, para *aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização)*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de (.....) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60(sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os

interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.


9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 9.12.2. ANEXO II - Documento de Formalização de Demanda: e
- 9.12.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar.

Belém, PA, na data da assinatura.

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA SILVA
Data: 15/07/2024 08:13:51-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
Capitão de Fragata (FN)
Ordenador de Despesas



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9004/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90004/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63081.002120/2024-94
REGIME JURÍDICO: LEI Nº 14.133/2021

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição da presente formalização é a escolha da proposta mais vantajosa, com critério de julgamento menor preço, para a aquisição por dispensa de licitação de componentes Hardware para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação Social do 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) da assinatura da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	UF	Qtd	Valor médio unitário (R\$)	Valor médio global (R\$)
1	GABINETE PARA COMPUTADOR DIMENSÕES 395 x 210 x 450 CM , TIPO:4 BAIAS, PADRÃO:ATX, COR:PRETA	362833	UN	01	R\$ 400,80	400,80
2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO, COMPATIBILIDADE:PADRÃO ATX, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO:127/220 V, PRECISÃO:99,95 PER, DIMENSÕES:8,50 X 15 X 15 CM, MODELO:ATX, APLICAÇÃO:INFORMÁTICA, POTÊNCIA REAL :500 W	487696	UN	01	R\$ 168,80	168,80
3	PLACA MÃE, COMPONENTES:SUPORTE PROCESSADORES INTEL CORE (SOCKET 1200), APLICAÇÃO:CPU UP TO 91W CHIPSET:INTEL H110, TIPO	486665	UN	01	R\$1.316,00	R\$1.316,00

	PORTAS:4 PORTAS USB 2.0, 2 PORTAS USB 3.0, 1 PORTA RJ45, TIPO CONECTORES:4 CONECTORES SATA 3 6.0GB, MEMÓRIA EXPANSÃO:32 GB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:AUDIO HD 7.1 CANAIS,REDE PCIE 1 GB 10/100/1000MB/S, SLOTS: 1 PCI EXPRESS 3.0 X16, 2 PCI EXPRESS 2.0					
4	PROCESSADOR, TIPO:INTEL UHD GRAPH, VELOCIDADE PROCESSAMENTO:2.5 GHZ, MODELO:CORE I7-11700, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LGA 1200, 65W, 14 NM, BARRAMENTO:4.90 GHZ TURBO BOOST, APLICAÇÃO:MICROCOMPUTADOR	485391	UN	01	R\$ 2.033,00	R\$ 2.033,00
5	MEMÓRIA RAM 16 GB - DDR4 SDRAM 2666MHZ (PC4 21300) DESKTOP 1.2V	471998	UN	02	R\$ 370,20	R\$ 740,40
6	DISSIPADOR CALOR PROCESSADOR (COOLER)\, TENSÃO NOMINAL 12 V\, TIPO CONECTOR FAN 40 X 40 X 20MM\, VELOCIDADE ROTAÇÃO 5.000 RPM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COR PRETA/CONEXÃO 2 OU 3 PINOS	392692	UN	01	R\$ 281,00	R\$ 281,00
7	PLACA CONTROLADORA VÍDEO\, TAMANHO MEMÓRIA 8 GB\, RESOLUÇÃO IMAGEM 7680 X 4320 DPI\, PADRÃO IMAGEM VGA-DVI-HDMI\, MODELO NVIDIA GEFORCE RTX 3070\, BARRAMENTO PCI EXPRES 4.0- HDMI 2.1\, PADRÃO DDR6	478024	UN	01	R\$ 3.311,00	R\$ 3.311,00

8	UNIDADE DISCO, TIPO:DISCO SSD, CAPACIDADE:MÍNIMO 800 GB, TAMANHO:2,5 POL	604131	UN	01	R\$ 890,40	R\$ 890,40
9	TECLADO MECÂNICO MICROCOMPUTADOR, TIPO:MULTIMÍDIA, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO	451820	UN	01	R\$ 293,00	R\$ 293,00
10	MOUSE COMPUTADOR, TAMANHO:VERTICAL, SENSOR:LASER, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO	455632	UN	01	R\$ 146,90	R\$ 146,90
11	CAIXA SOM\, POTÊNCIA 350 W\, VOLTAGEM 110/220 V\, APLICAÇÃO COMPUTADOR, CAIXA SOM\, POTÊNCIA 180 W P.M.P.O\, COR PRETA, VOLTAGEM 110 V\, TIPO FONTE INTERNA\, APLICAÇÃO COMPUTADOR\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR OUVIDO\, AMPLIFICADOR INTERNO	230962	UN	01	R\$ 561,10	R\$ 561,10

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação encontra amparo legal na Lei no 14.133/2021, que estabelece as normas gerais para a licitação e a contratação de bens e serviços pela Administração Pública.

2.2 No que se refere ao Plano de Contratações Anual (PCA), de acordo com o Parágrafo único, do art. 1o, do Decreto Federal no 10.947/2022, é dispensável a sua utilização pelas Forças Armadas:

“DECRETO No 10.947/2022

Art. 1o Este Decreto regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual é instituir o Sistema de Planejamento e

Gerenciamento de Contratações - PGC, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. O cumprimento do disposto neste Decreto é dispensável aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021 (grifou-se)”

No entanto, a aquisição está prevista no Programa de Aplicação de Recursos para o ano corrente, que dentro da Administração é equivalente ao PCA, tendo em vista a exceção acima.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Descrição pormenorizada no Estudo técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida de Faixa Divulgação De Eventos, que inclui a disposição final ambientalmente adequada (art. 5º do Decreto nº 7.404, de 2010, alterada pelo decreto nº 10.936, de 12 janeiro de 2022. c/c art. 3º, IV, da Lei nº 12.305, de 2010).

Os requisitos indispensáveis para aquisição de materiais de refrigeração devem dispor de padrões mínimos de qualidade de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa. Os bens constantes deste estudo devem ser entregues conforme será definido na contratação, em remessa única, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao envio, por e-mail, da Nota de Empenho. Assim como, deverão ser novos, para primeiro uso e não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos previamente utilizados ou falsificados. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos objetos e, ainda efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios dos produtos.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2 Não será indicado marcas ou modelos

Da exigência de amostra

4.3 Não serão exigidas amostras dos itens desta contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4 Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

4.7 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias**, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no endereço anexo ao Edital.

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua da Marinha, s/n. Marambaia, Belém-PA. CEP: 66620-200. Referência: De frente a Rua Rodolfo Chermont. Marambaia, Belém-PA.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.1.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.1.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.1.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.1.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.1.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.1.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.1.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.1.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.1.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.1.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.8.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.8.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para

que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.8.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.8.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.9 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.9.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.10 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual,

baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **tinta dias (30) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **tinta dias (30) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de **até tinta dias (30) dias úteis**.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2 a data da emissão;

7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 o valor a pagar; e

7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.](#)

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento

Cessão de crédito

7.25 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.26 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27 A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.29 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos

administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.30 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021, conforme o caso concreto), que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO ITEM.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.15 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional:

8.16 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa

onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.20 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.22 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.23 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4.º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.24 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.34 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.35 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.36 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.36.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.36.2 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.36.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.36.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.37 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.38 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.39 Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.40 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.41 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.42 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.43 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.44 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.45 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.46 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.46.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.46.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.46.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.46.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.46.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.46.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.46.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 10.142,40 (dez mil cento e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

9.2 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.6 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 784200 SEGRIB;
- II) Fonte de Recursos: 1050000144;
- III) Programa de Trabalho: 236885;
- IV) Elemento de Despesa: 339030;
- V) Plano Interno: Z4C3SLN01L0;

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Belém, PA, na data da assinatura.

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO FERREIRA SALES**
Data: 12/07/2024 11:12:53-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

ROBERTO FERREIRA SALES
Segundo Sargento (FN-CN)
Encarregado de manutenção de informática



MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL

2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

Órgão: 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Assessoria de Comunicação Social	
Responsável pela Demanda: CB-FN-AT Wilkerson de Souza Atar	Matrícula/SIAPE: 14.0530.55
E-mail: wilkhathar@gmail.com	Telefone: (91) 98475-9890
Objeto: <input type="checkbox"/> Serviço não continuado <input type="checkbox"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra <input checked="" type="checkbox"/> Material de consumo <input type="checkbox"/> Material permanente/equipamento	
1. Justificativa da necessidade da aquisição dos bens, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso. <p>O 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas, por meio da Assessoria de Comunicação Social, necessita de aquisição de componentes hardware para montagem de um microcomputador que atenda as necessidades desta Assessoria no tocante a edição de vídeos, imagens, materiais de divulgação institucional e elaboração de documentos realizados rotineiramente em eventos no 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas.</p>	
2. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO Aquisição de componentes Hardware para compor um microcomputador.	
3. Quantidade dos bens a serem adquiridos. Os quantitativos dos materiais relacionados e detalhados no Termo de Referência (TR) foram obtidos da demanda necessária para o cumprimento das atividades rotineiras nesta Assessoria.	
4. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO Estimativa de Contratação é de R\$ 10.142,40 (Dez mil, cento e quarenta e dois reais e quarenta centavos).	
5. Previsão de data em que devem ser iniciadas as aquisições dos materiais. Após conclusão do processo de dispensa de licitação, previsto para julho de 2024, visando evitar prejuízos e garantir a continuidade das atividades de assessoria de comunicação social desta Organização Militar.	


6. GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU DA CONTRATAÇÃO

Grau médio , levando em consideração a necessidade do bom funcionamento da Assessoria de Comunicação Social desta unidade militar.

7. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM O OBJETO DE OUTRO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Não existe contratação correlatas.

Belém, PA, na data da assinatura.


Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO FERREIRA SALES**
Data: 12/07/2024 11:12:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTO FERREIRA SALES
Segundo Sargento (FN-CN)
Encarregado de manutenção de informática

APROVO:

O presente Documento de Formalização da Demanda, no qual a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação.

Belém, PA, na data da assinatura.

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA SILVA**
Data: 15/07/2024 08:13:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
Capitão de Fragata (FN)
Ordenador de Despesas da OMAp



MARINHA DO BRASIL

2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

I - Introdução

A presente análise tem por objetivo demonstrar a necessidade e a viabilidade de aquisição de material hardware para montagem de um microcomputador para atender as necessidades específicas da Assessoria de Comunicação Social, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor a Dispensa Eletrônica, de modo a melhor atender às necessidades deste Batalhão.

II - Descrição da Necessidade

Considerando a importância da continuidade das atividades prestadas pela Assessoria de Comunicação Social do 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas (2º BtlOpRib), a eficiência dos equipamentos de informática é essencial para garantir a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.

Após uma análise detalhada das opções disponíveis para a aquisição de um novo computador, foi constatado que a compra de peças separadas de hardware se revela como a alternativa mais vantajosa em comparação à aquisição de PC já montado. Esta abordagem proporciona um custo-benefício superior, uma vez que permite uma pesquisa minuciosa sobre preços e especificações de cada componente.

Outro ponto relevante é o controle de qualidade, pois a seleção individual de componentes possibilita a redução o risco de problemas técnicos e falhas precoces.

III - Estimativa de Quantidades a serem contratadas

Estimativa de quantidade encontra-se pormenorizada no Termo de Referência.

IV - Estimativa do Valor de Contratação

O custo estimado da aquisição é de R\$ 10.142,40 (dez mil cento e quarenta e dois reais e quarenta centavos).


V - Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Não há possibilidade de parcelamento uma vez que trata-se de contratação de itens essenciais para montagem do PC.

VI - Viabilidade da Contratação

A referida contratação é viável e necessária haja vista a necessidade de execução das tarefas prestadas pela Assessoria de Comunicação Social nesta Organização Militar, impactando diretamente nas tarefas diárias deste Batalhão.

Belém, PA, na data da assinatura.

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO FERREIRA SALES**
Data: 12/07/2024 11:12:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTO FERREIRA SALES
Segundo Sargento (FN-CN)
Encarregado de manutenção de informática



MARINHA DO BRASIL
2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90004/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63081.001404/2024-63
REGIME JURÍDICO: LEI Nº 14.133/2021

NOTA TÉCNICA COM ANÁLISE CRÍTICA DA PESQUISA DE PREÇOS

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é eventual Aquisição de componentes Hardware para atender as demandas da Assessoria de Comunicação Social deste Batalhão.

II - FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros do artigo 2º, inciso II da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

ITEM 01: GABINETE PARA COMPUTADOR 395 x 210 x 450 CM, TIPO:4 BAIAS, PADRÃO: ATX, COR:PRETA										
Cotação 01	Cotação 02	Cotação 03	Cotação 04	Cotação 05	Cotação 06	Cotação 07	Cotação 08	Cotação 09	Cotação 10	Cotação 11
R\$ 209,00	R\$ 219,99	R\$ 229,00	R\$ 232,00	R\$ 246,66	R\$ 249,00	R\$ 422,68	R\$ 505,00	R\$ 549,00	R\$ 650,00	R\$ 725,00
Média										R\$ 400,83

ITEM 02 FONTE DE ALIMENTAÇÃO, PADRÃO ATX, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO:127/220										
Cotação 01	Cotação 02	Cotação 03	Cotação 04	Cotação 05	Cotação 06	Cotação 07	Cotação 08	Cotação 09	Cotação 10	Cotação 11
R\$ 152,00	R\$ 153,40	R\$ 158,70	R\$ 160,00	R\$ 160,66	R\$ 170,00	R\$ 174,88	R\$ 175,00	R\$ 190,00	R\$ 193,82	
Média										R\$ 168,80

R\$ 2.600,00	R\$ 2.644,90	R\$ 2.700,00	R\$ 2.750,00	R\$ 2.999,00	R\$ 4.136,00	R\$ 4.200,00	R\$ 4.456,55			
Média										R\$ 3.311,00

ITEM 08 UNIDADE DISCO, TIPO:DISCO SSD, CAPACIDADE:MÍNIMO 800 GB, TAMANHO:2,5 POL										
Cotação 01	Cotação 02	Cotação 03	Cotação 04	Cotação 05	Cotação 06	Cotação 07	Cotação 08	Cotação 09	Cotação 10	Cotação 11
R\$ 319,90	R\$ 370,00	R\$ 370,60	R\$ 833,43	R\$ 858,00	R\$ 1.082,0 0	R\$ 2.399,0 0				
Média										R\$ 890,40

ITEM 09 TECLADO MICROCOMPUTADOR MECÂNICO , TIPO: MULTIMÍDIA, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO										
Cotação 01	Cotação 02	Cotação 03	Cotação 04	Cotação 05	Cotação 06	Cotação 07	Cotação 08	Cotação 09	Cotação 10	Cotação 11
R\$ 194,00	R\$ 194,50	R\$ 200,00	R\$ 583,60							
Média										R\$ 293,00

ITEM 10 MOUSE COMPUTADOR, TAMANHO:VERTICAL, SENSOR:LASER, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO										
Cotação 01	Cotação 02	Cotação 03	Cotação 04	Cotação 05	Cotação 06	Cotação 07	Cotação 08	Cotação 09	Cotação 10	Cotação 11
R\$ 39,00	R\$ 58,50	R\$ 108,00	R\$ 108,50	R\$ 109,00	R\$ 164,55	R\$ 440,96				
Média										R\$ 146,90

ITEM 11 CAIXA SOM\, POTÊNCIA 350 W\, VOLTAGEM 110/220 V\, APLICAÇÃO COMPUTADOR, CAIXA SOM\, POTÊNCIA 180 W										
Cotação 01	Cotação 02	Cotação 03	Cotação 04	Cotação 05	Cotação 06	Cotação 07	Cotação 08	Cotação 09	Cotação 10	Cotação 11
R\$ 465,00	R\$ 558,18	R\$ 660,00								
Média										R\$ 561,10

IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de ter sido priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

4.2 Ao calcular a média dos preços obtidos por meio de cotações ou pesquisa de mercado, estamos agregando as diferentes informações disponíveis e gerando um valor que reflete o ponto central dessa distribuição. Isso permite mitigar os efeitos de eventuais distorções ou discrepâncias nos valores individuais, proporcionando uma estimativa mais equilibrada e confiável.

4.3. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme abaixo:

ITEM	Preço	Caracterização	Justificativa
ITEM 01	Menor que R\$ 209,00 e maior que R\$ 725,00	Inexequível Inconsistente/Excessivamente elevado	Os Valores apresentam discrepâncias e inconsistências com valor médio praticado no mercado.
ITEM 02	Menor que R\$ 152,00 e maior que R\$193,82		
ITEM 03	Menor que R\$ 605,00 e maior que R\$ 2.550,00		
ITEM 04	Menor que R\$ 840,00 e maior que R\$ 4.166,67		
ITEM 05	Menor que R\$ 309,00 e maior que R\$ 418,00		
ITEM 06	Menor que R\$ 48,00 e maior que R\$ 477,22		
ITEM 07	Menor que R\$ 2.600,00 e maior que R\$ 4.456,55		
ITEM 08	Menor que R\$ 319,90 e maior que R\$2.399,00		
ITEM 09	Menor que R\$ 194,00 e maior que R\$ 583,60		
ITEM 10	Menor que R\$ 39,00 e maior que R\$ 440,90		

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é R\$ 10.142,40 (Dez mil, cento e quarenta e dois reais e quarenta centavos), conforme planilha orçamentária que compõe o processo.

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.


VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: CB-FN-AT WILKERSON DE SOUZA ATAR, matrícula nº 14.0530.55

6.2. A pesquisa foi realizada no dia 15 de junho de 2024.

Belém,PA, na data da assinatura.

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação:

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO FERREIRA SALES**
Data: 12/07/2024 11:12:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTO FERREIRA SALES
Segundo Sargento (FN-CN)
Encarregado de manutenção de informática



MARINHA DO BRASIL

2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DA DISPENSA ELETRÔNICA

AUTORIZO a abertura do Processo Administrativo autuado sob nº **63081.001404/2024-63**, relativo à Contratação Direta, por meio de Dispensa Eletrônica nº 90004/2024, referente à Aquisição de componentes Hardware., preconizado no inciso VIII do art. 72, da Lei 14.133/2021.

Belém, PA, na data da assinatura.



Documento assinado digitalmente

FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA SILVA

Data: 15/07/2024 08:13:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA

Capitão de Fragata (FN)

Ordenador de Despesas



MARINHA DO BRASIL

2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA FINS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O Ordenador de Despesas do 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art.16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

RESOLVE:

DECLARAR que a despesa decorrente da Aquisição de componentes Hardware **encontra-se adequada** com os recursos consignados no Orçamento para o exercício financeiro PA2024, apresentando-se compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Belém, PA, na data da assinatura.

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA SILVA
Data: 15/07/2024 08:13:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
Capitão de Fragata (FN)
Ordenador de Despesas

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/09/2021 | Edição: 181 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Presidência da República/Advocacia-Geral da União

ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 69, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021(*)

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I, X, XI, XIII, e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 63054.001894/2021-82, resolve expedir a presente Orientação Normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

NÃO É OBRIGATÓRIA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTO NO ART. 75, I OU II, E § 3º DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, SALVO SE HOUVER CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E ESTE NÃO FOR PADRONIZADO PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO, OU NAS HIPÓTESES EM QUE O ADMINISTRADOR TENHA SUSCITADO DÚVIDA A RESPEITO DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. APLICA-SE O MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS FUNDADAS NO ART. 74, DA LEI Nº 14.133, DE 2021, DESDE QUE SEUS VALORES NÃO ULTRAPASSEM OS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ART. 75, DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

Referência: art. 5º, art. 53, §§ 3º, 4º e 5º, art. 72, inciso III, e art. 95, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Parecer nº 00009/2021/CNLCA/CGU/AGU; Despacho nº 475/2021/DECOR/CGU/AGU, Despacho nº 598/2021/GAB/CGU/AGU.

BRUNO BIANCO LEAL

Republicada por ter saído no DOU Nº 175, de 15/09/2021, Seção 1, pág. 2, com incorreção relativamente ao original.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MARINHA DO BRASIL

2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

ATO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO:

O presente Termo de Referência, de acordo com o inciso I do art. 72, da Lei 14.133/2021, cuja finalidade é subsidiar os participantes da dispensa de todas as informações necessárias, para eventual aquisição de componentes Hardware, fim manter o bom funcionamento da Assessoria de Comunicação Social de em divulgações deste Batalhão.

Belém, PA, 16 de julho de 2024.

Assinatura manuscrita em azul de Francisco José de Oliveira Silva.

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA

Capitão de Fragata (FN)

Ordenador de Despesas

MARINHA DO BRASIL
2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRNHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90004/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63396.000400/2024-14
REGIME JURÍDICO: LEI Nº 14.133/2021
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

GRUPO 01						
Item	Descrição/Especificação	CATMAT/CATSER	UF	Qtd. máx	Valor médio unitário (R\$)	Valor médio global (R\$)
1	GABINETE PARA COMPUTADOR 395 x 210 x 450 , TIPO:4 BAIAS, PADRÃO:ATX, COR:PRETA	362833	UN	1	R\$ 400,83	R\$ 400,83
2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO, COMPATIBILIDADE:PADRÃO ATX, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO:127/220 V, PRECISÃO:99,95 PER, DIMENSÕES:8,50 X 15 X 15 CM, MODELO:ATX, APLICAÇÃO:INFORMÁTICA, POTÊNCIA REAL :500 W	487696	UN	1	R\$ 168,80	R\$ 168,80
3	PLACA MÃE: COMPONENTES:SUPORTE PROCESSADORES INTEL CORE (SOCKET 1200), APLICAÇÃO:CPU UP TO 91W CHIPSET:INTEL H110, TIPO PORTAS:4 PORTAS USB 2.0, 2 PORTAS USB 3.0, 1 PORTA RJ45, TIPO CONECTORES:4 CONECTORES SATA 3 6.0GB, MEMÓRIA EXPANSÃO:32 GB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:AUDIO HD 7.1 CANAIS,REDE PCI E 1 GB 10/100/1000MB/S, SLOTS: 1 PCI EXPRESS 3.0 X16, 2 PCI EXPRESS 2.0	486665	UN	1	R\$ 1.316,00	R\$ 1.316,00
4	PROCESSADOR, TIPO:INTEL UHD GRAPH, VELOCIDADE DE PROCESSAMENTO:2,5 GHZ, MODELO:CORE I7-11700, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LGA 1200, 65W, 14 NM, BARRAMENTO:4.90 GHZ TURBO BOOST, APLICAÇÃO:MICROCOMPUTADOR	485391	UN	1	R\$ 2.033,00	R\$ 2.033,00
5	MEMÓRIA RAM 16 GB - DDR4 SDRAM 2666MHZ (PC4 21300) DESKTOP 1,2V (COOLER), TENSÃO NOMINAL 12 V, TIPO CONECTOR FAN 40 X 40 X 20MM, VELOCIDADE ROTAÇÃO 5.000 RPM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COR PRETA	471998	UN	2	R\$ 370,20	R\$ 740,40
6	UNIDADE DE ARREFECIMENTO, TIPO:COOLER, TENSÃO NOMINAL 12 V, TIPO CONECTOR FAN 40 X 40 X 20MM, VELOCIDADE ROTAÇÃO 5.000 RPM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COR PRETA	392692	UN	1	R\$ 281,00	R\$ 281,00
7	PLACA CONTROLADORA VÍDEO, TAMANHO MEMÓRIA 8 GB, RESOLUÇÃO IMAGEM 7680 X 4320 DPI, PADRÃO IMAGEM VGA-DVI-HDMI, MODELO NVIDIA GEFORCE RTX 3070, BARRAMENTO PCI EXPRES 4.0- HDMI 2.1, PADRÃO DDR6	478024	UN	1	R\$ 3.311,00	R\$ 3.311,00
8	UNIDADE DISCO, TIPO:DISCO SSD, CAPACIDADE:MÍNIMO 800 GB, TAMANHO:2,5 POL	604131	UN	1	R\$ 890,40	R\$ 890,40
9	TECLADO MICROCOMPUTADOR, TIPO:MULTIMÍDIA, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO	451820	UN	1	R\$ 293,00	R\$ 293,00
10	MOUSE COMPUTADOR, TAMANHO:VERTICAL, SENSOR:LASER, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO	455632	UN	1	R\$ 146,90	R\$ 146,90
11	CAIXA SOM, POTÊNCIA 350 W, VOLTAGEM 110/220 V, APLICAÇÃO COMPUTADOR, CAIXA SOM, POTÊNCIA 180 W PM.F.O, COR PRETA, VOLTAGEM 110 V, TIPO FONTE INTERNA, APLICAÇÃO COMPUTADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR OUVIDO, AMPLIFICADOR INTERNO	230962	UN	1	R\$ 561,10	R\$ 561,10
TOTAL						10.142,40

Belém, PA, na data da assinatura.

ROBERTO FERREIRA SALES
Segundo Sargento (FN-CN)
Encarregado de manutenção de informática

Documento assinado digitalmente
gov.br ROBERTO FERREIRA SALES
Data: 12/07/2024 11:19:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RATIFICO:

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
Capitão de Fragata(FN)
Ordenador de Despesas

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA SILVA
Data: 15/07/2024 08:13:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARINHA DO BRASIL
2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ____/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63081.001404/2024-63
REGIME JURÍDICO: LEI Nº 14.133/2021
MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Item	Descrição/Especificação	CATMAT/CATSER	UF	Qtd. min	Qtd. máx	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	COTAÇÃO 4	COTAÇÃO 5	COTAÇÃO 6	COTAÇÃO 7	COTAÇÃO 8	COTAÇÃO 9	COTAÇÃO 10	COTAÇÃO 11	Valor médio unitário (R\$)	Valor médio global (R\$)	
1	GABINETE PARA COMPUTADOR 395 X 210 X 450 CM , TIPO:4 BAIAS, PADRÃO:ATX, COR:PRETA	362833	UN	1	1	R\$ 209,00	R\$ 219,99	R\$ 229	R\$ 232,00	R\$ 246,66	R\$ 249,00	R\$ 422,68	R\$ 505,00	R\$ 549,00	R\$ 650,00	R\$ 725,00	R\$ 400,83	400,80	
2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO, COMPATIBILIDADE:PADRÃO ATX, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO:127/220 V, PRECISÃO:99.95 PER, DIMENSÕES:8,50 X 15 X 15 CM, MODELO:ATX, APLICAÇÃO:INFORMÁTICA, POTÊNCIA REAL :500 W	487696	UN	1	1	R\$ 152,00	R\$ 153,40	R\$ 158,70	R\$ 160,00	R\$ 160,66	R\$ 170,00	R\$ 174,88	R\$ 175,00	R\$ 190,00	R\$ 193,82		R\$ 168,80	168,80	
3	PLACA MÃE, COMPONENTES:SUPORTE PROCESSADORES INTEL CORE (SOCKET 1200), APLICAÇÃO:CPU UP TO 91W CHIPSETINTEL H110, TIPO PORTAS:4 PORTAS USB 2.0, 2 PORTAS USB 3.0, 1 PORTA RJ45, TIPO CONECTORES:4 CONECTORES SATA 3.6.0GB, MEMÓRIA EXPANSÃO:32 GB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:AUDIO HD 7.1 CANAIS,REDE PCI-E 1 GB 10/100/1000MB/S, SLOTS: 1 PCI EXPRESS 3.0 X16, 2 PCI EXPRESS 2.0	486665	UN	1	1	R\$ 605,00	R\$ 691,00	R\$716,62	R\$849,00	R\$ 975,00	R\$ 989,00	R\$ 1.550,00	R\$ 1.790,00	R\$ 1.812,00	R\$ 1.952,00	R\$ 2.550,00	R\$ 1.316,00	1.316,00	
4	PROCESSADOR, TIPO:INTEL UHD GRAPH VELOCIDADE PROCESSAMENTO:2.5 GHZ, MODELO:CORE I7-11700, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LGA 1200, 65W, 14 NM, BARRAMENTO:4.90 GHZ TURBO BOOST, APLICAÇÃO:MICROCOMPUTADOR	485391	UN	1	1	R\$ 840,00	R\$ 893,66	R\$1.430,00	R\$1.483,50	R\$ 1.790,00	R\$ 1.980,00	R\$ 2.160,00	R\$ 3.549,00	R\$ 4.166,67			R\$ 2.033,00	2.033,00	
5	MEMÓRIA RAM 16 GB - DDR4 SDRAM 2666MHZ (PC4 21300) DESKTOP 1.2V	471998	UN	2	2	R\$ 309,00	R\$ 343,00	R\$345,00	R\$348,00	R\$ 350,00	R\$ 369,68	R\$ 372,00	R\$ 399,00	R\$ 405,00	R\$ 414,02	R\$ 418,00	R\$ 370,20	740,40	
6	DISSIPADOR CALOR PROCESSADOR (COOLER), TENSÃO NOMINAL 12 V, TIPO CONECTOR FAN 40 X 40 X 20MM, VELOCIDADE ROTAÇÃO 5.000 RPM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COR PRETA/CONEXÃO 2 OU 3 PINOS	392692	UN	1	1	R\$158,56	R\$184,63	R\$ 303,45	R\$ 477,22								R\$ 281,00	281,00	
7	(PLACA CONTROLADORA VIDEO, TAMANHO MEMÓRIA 8 GB, RESOLUÇÃO IMAGEM 7680 X 4320 DPI, PADRÃO IMAGEM VGA-DVI-HDMI, MODELO NVIDIA GEFORCE RTX 3070, BARRAMENTO PCI EXPRESS 4.0- HDMI 2.1, PADRÃO	478024	UN	1	1	R\$ 2.600,00	R\$ 2.644,90	R\$2.700,00	R\$2.750,00	R\$ 2.999,00	R\$ 4.136,00	R\$ 4.200,00	R\$ 4.456,55				R\$ 3.311,00	3.311,00	
8	UNIDADE DISCO, TIPO:DISCO SSD, CAPACIDADE:MÍNIMO 800 GB, TAMANHO:2.5 POL	604131	UN	1	1	R\$ 319,90	R\$ 370,00	R\$370,60	R\$833,43	R\$ 858,00	R\$ 1.082,00	R\$ 2.399,00					R\$ 890,40	890,40	
9	TECLADO MICROCOMPUTADOR, TIPO:MULTIMÍDIA, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO	451820	UN	1	1	R\$ 194,00	R\$ 194,50	R\$200,00	R\$583,60								R\$ 293,00	293,00	
10	MOUSE COMPUTADOR, TAMANHO:VERTICAL, SENSOR:LASER, TIPO CONECTOR:USB, CONECTIVIDADE:COM FIO	455632	UN	1	1	R\$ 39,00	R\$ 58,50	R\$108,00	R\$108,50	R\$ 109,00	R\$ 164,55	R\$ 440,96					R\$ 146,90	146,90	
11	CAIXA SOM, POTÊNCIA 350 W, VOLTAGEM 110/220 V, APLICAÇÃO COMPUTADOR, CAIXA SOM, POTENCIA 180 W P.M.I.P.O., COR PRETA, VOLTAGEM 110 V, TIPO FONTE INTERNA, APLICAÇÃO COMPUTADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR OUVIDO, AMPLIFICADOR INTERNO	230962	UN	1	1	R\$ 465,00	R\$ 558,18	R\$660,00									R\$ 561,10	561,10	
TOTAL																			10.142,40

Belém, PA, na data da assinatura.

Documento assinado digitalmente



ROBERTO FERREIRA SALES
Data: 12/07/2024 11:19:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTO FERREIRA SALES
Segundo Sargento (FN-CN)

Encarregado de manutenção de informática

RATIFICO:

Documento assinado digitalmente



FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA SILVA
Data: 15/07/2024 08:15:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
Capitão de Fragata(FN)
Ordenador de Despesas



MARINHA DO BRASIL

2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

033.11

Nº 28

Belém, PA, na data da assinatura.

COMUNICAÇÃO PADRONIZADA

Do: Seção da tecnologia da informação
Ao: Encarregado da Seção de Intendência

Assunto: Abertura de Processo de Dispensa Eletrônica

Anexos: A) Aviso de Dispensa Eletrônica;
B) Formalização da Demanda;
C) Termo de Referência;
D) Pesquisa de Preços; e
E) Justificativa de ausência de estudo técnico preliminar e análise de riscos.

1. Solicito a abertura de processo de dispensa eletrônica referente à Aquisição de componentes Hardware, conforme condições, quantidades, exigências e especificações estabelecidas no aviso de dispensa eletrônica e demais documentos supracitados em anexo.

2. Esta aquisição por meio de Dispensa Eletrônica se justifica em virtude da necessidade de manter a Seção de Comunicação Social, setor com alta demanda, para que o serviço não se interrompa.

Documento assinado digitalmente

gov.br

ROBERTO FERREIRA SALES
Data: 12/07/2024 11:12:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTO FERREIRA SALES
Segundo Sargento (FN-CN)
Encarregado de manutenção de informática

63081.001404/2024-63



NÚMERO DO PROCESSO
63081.001404/2024-
62

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL

DATA: / /2024

ORIGEM:
2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

INTERESSADO:
2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

ASSUNTO:
Aquisição de componentes Hardware

OBSERVAÇÕES:
Dispensa Eletrônica nº 90004/2024

MOVIMENTO DO PROCESSO							
DESTINO		DATA		DESTINO		DATA	
01	Intendência			12			
02				13			
03				14			
04				15			
05				16			
06				17			
07				18			
08				19			
09				20			
10				21			
11				22			